22:10 25%

FOLHA DE S.PAULO
UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL
Publicado desde 1921 – Propriedade da Empresa Folha da Manhã S.A.

PUBLISHER Luiz Frias
DIRETOR DE REDAÇÃO Sérgio Dávila
SUPERINTENDENTES Carlos Ponce de Leon e Judith Brito
CONSELHO EDITORIAL Fernanda Diamant, Hélio Schwartsman, Joel Pinheiro da Fonseca, José Vicente, Luiza Helena Trajano, Patricia Blanco, Patricia Campos Mello, Pérsio Arida, Ronaldo Lemos, Thiago Amparo, Luiz Frias e Sérgio Dávila (*secretário*)
DIRETOR DE OPINIÃO Gustavo Patu
DIRETORIA-EXECUTIVA Alexandre Bonacio (*financeiro, planejamento e novos negócios*) Anderson Demian (*mercado leitor e estratégias digitais*), João Cestari (*tecnologia*) e Marcelo Benez (*comercial*)

EDITORIAIS

editoriais@grupofolha.com.br

Lula não se ajuda em momento difícil

Com derrotas seguidas no Congresso e queda de popularidade, petista dá declarações desastradas e pouco apresenta em planos de governo

Havia motivos para imaginar que Luiz Inácio Lula da Silva (PT) começaria o ano com saldo político positivo, dado que a economia cresceu muito acima do que o previsto.

Mais importante, do ponto de vista do cotidiano, o salário médio crescia ao ritmo de 4% ao ano em janeiro, e o número de pessoas empregadas aumentava 2%. Os benefícios do Bolsa Família avançaram 75% desde o final do governo passado, se considerada tal despesa em relação ao PIB.

Apesar dos preços ainda altos dos alimentos, a inflação em geral diminuiu; baixam as taxas de juros. Mesmo minoritário, o governo conseguiu aprovar projetos importantes no Congresso em 2023. Ainda não há no horizonte liderança que agregue a oposição e desponte como candidatura possível em 2026.

O reinício do ano político, porém, foi de azedume parlamentar e derrotas. Parte deste pouco mais de um bimestre foi tomada pela péssima repercussão das declarações desastrosas de Lula sobre Israel.

A tentativa de obter dinheiro de impostos por meio de medida provisória do final de 2023 foi derrotada e depende de renegociações.

Lideranças parlamentares exigiram emendas, cargos e demissões no ministério, a ponto de Lula intervir para acalmar ânimos, enquanto o comando de comissões relevantes do Congresso foi ocupado pela oposição mais radical.

Pesquisas de opinião indicam que está em baixa a avaliação do presidente, queda notável desde meados de 2023, chegando aos menores níveis no terceiro mandato.

É neste cenário mais conturbado que o Planalto tentará aprovar projetos essenciais no Congresso.

É preciso regulamentar a reforma tributária e protegê-la da desfiguração dos lobbies. Em breve, o governo terá de revelar sua reforma do Imposto de Renda e fazer a revisão de gastos de 2024, o que pode ser motivo de conflito interno no Executivo e com o Congresso. A depender da decisão, há risco para as condições financeiras.

O segundo semestre quase inteiro será ocupado por eleições municipais; em 2025 haverá disputa do comando de Câmara e Senado, embate que já afeta os agrupamentos parlamentares.

Em vez de assistir a picuinhas de Lula com empresas públicas e privadas, o país espera esclarecimentos sobre o que se pretende com a vaga política industrial. Mais importante, quer saber dos planos da chamada transição tecnológica verde. O Executivo ainda não disse ao que veio em educação e saúde.

Se a política é como nuvem, cabe ao governo soprar as mais sombrias. Não há tempo a perder com a fábrica de crises gratuitas das declarações presidenciais e a inércia programática. Já se passou mais de um quarto do mandato.

Espectro do Antropoceno

Apesar do impacto da tecnologia no planeta, comitê descarta época geológica da humanidade

O Cenozoico, idade geológica atual iniciada há 66 milhões de anos, caracteriza-se pela dominância de mamíferos, aves e plantas com flores. Subdivide-se em sete épocas, sendo a mais recente o Holoceno, que começou há 11,7 mil anos com o fim da última glaciação.

Há 15 anos, discute-se a proposta de introduzir uma nova divisão: o Antropoceno, a época do homem. Segundo o jornal The New York Times, a conclusão provisória defendida por comitê com duas dúzias de especialistas é a de que ainda é prematuro abrir um novo capítulo na história da Terra.

O planeta se formou há 4,5 bilhões de anos. Transformações portentosas deixaram marcas em suas camadas mais externas.

No Cenozoico irromperam cadeias de montanhas como Andes, Alpes e Himalaia. Intervalos mais curtos, como as épocas, delimitam-se com evento mais superficiais, como a retração de geleiras continentais ao fim do Pleistoceno, época que precedeu o atual Holoceno.

Se a história da Terra pudesse ser comparada com um calendário, os mamíferos teriam surgido em 30 de dezembro, e o *Homo sapiens* só iniciaria sua caminhada às 23h36min51s do último dia do ano.

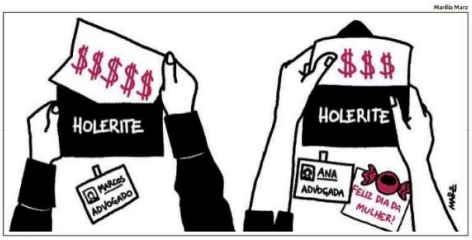
O que caracterizaria, então, o suposto Antropoceno? A presença de microplásticos em sedimentos, por exemplo, foi descartada por especialistas quando se constatou que tais partículas de atividade humana podem migrar de uma camada a outra.

Ninguém duvida de que o planeta tem mudado de modo marcante a partir de meados do século 20. Vestígios inquestionáveis pontilham sua face: concreto, metais, cinzas de chaminés, poeira radiativa de testes nucleares, entre outros.

A dificuldade reside em definir de maneira inequívoca o limiar da nova época e sua marca distintiva. Especialistas preferem qualificar a transformação imposta pela espécie humana como evento geológico, não uma nova época.

Não se trata de negar que a humanidade esteja alterando de modo intenso o planeta, como a mudança do clima está a evidenciar. Permanece a relutância, contudo, em emprestar a seu impacto uma demarcação definitiva.

Marília Marz



Biden fala grosso

Hélio Schwartsman

Joe Biden sentiu o golpe. A tentativa de Donald Trump de associar a imagem do atual presidente à de um velho decrépito parece estar pegando. Para contrapor-se a isso, Biden fez um discurso sobre o estado da união incomumente forte, no tom e no conteúdo. Bateu em Trump, lembrou a insurreição de 6 de janeiro de 2021, explicou sua política externa e abordou explicitamente o problema da idade. Em suma, fez de tudo para mostrar-se como o exato oposto de um velhinho confuso e indefeso.

Não acho que a demonstração de virilidade fará mal à campanha de Biden. Acredito, porém, que o público, a mídia e os próprios políticos se deixem impressionar em demasia por pesquisas de intenção de voto. No momento, elas apontam para uma corrida bem apertada, com ligeiro favoritismo para Trump (46% a 45%, segundo uma média de sondagens calculada pela The Economist). Não nego a cientificidade nem a utilidade das pesquisas, mas penso que elas devem ser vistas com cautela, principalmente quando realizadas vários meses antes do pleito. Elas são, como diz o chavão, um retrato do momento, não uma previsão do resultado.

No Brasil, estamos meio que condenados às pesquisas. Elas são tudo o que temos para tentar olhar o processo eleitoral mais objetivamente. Mas, nos EUA, existem alternativas. Há uma infinidade de modelos de previsão eleitoral (do resultado mesmo) que não envolvem perguntar para o eleitor em quem ele pretende votar. São modelos matemáticos alimentados principalmente por dados econômicos, mas outros parâmetros também podem entrar. Eles têm, em geral, um histórico de acertos bem razoável, embora não perfeito. Aqui o panorama se inverte. Também apontam para uma disputa acirrada, mas com favoritismo para Biden. O modelo de Ray Fair, da Universidade Yale, por exemplo, dá 51,5% de chances para o democrata.

É milimetricamente tranquilizador, considerando que uma reeleição de Trump seria trágica para o mundo.

helio@uol.com.br

Não é só a economia

Dora Kramer

Enquanto caem as avaliações positivas do presidente Luiz Inácio da Silva (PT) em praticamente todos os itens e segmentos, como registrado nesta semana em duas pesquisas (Quaest e Atlas), a economia exibe bons índices no macro: inflação, PIB, desemprego. No cotidiano, a carestia segue no comando.

Isso explica em parte, mas não destrincha com exatidão o mapa do campo minado para um presidente que saiu consagrado do segundo mandato e completa um ano do terceiro em queda no gosto do brasileiro. Mostra, primeiro, que a economia não é tudo. Na realidade, nunca foi, dependeu sempre da política, pois sem que um governo disponha de condições políticas favoráveis não há condução econômica que se sustente. Ao menos é assim nas democracias.

Lula parece viver a ilusão de que conseguiria transpor o capital de popularidade de anos atrás para os dias de hoje, junto com os programas sociais exitosos da época que importou para o atual governo. O tempo passa e é implacável por ser refém das circunstâncias.

A divisão sedimentada das torcidas é um dado. E justamente por ser claríssimo caberia ao governo trabalhar com ele a fim de dissolver um pouco as bolhas. O presidente faz o contrário: alimenta a polarização e a tempera com ressentimento.

Lula acha que pode dizer e fazer o que lhe der na cabeça sem prejuízos. O cenário adverso mostra que não é bem assim. Há o estilo falastrão sem filtro, há o menosprezo sectário a visões de mundo diferentes. Acrescente-se ao mau humor a escolha de se mostrar relevante ao mundo dando a impressão aos nacionais de sermos irrelevantes aos olhos do presidente.

Portanto, há mais nuances a se considerar na percepção do público sobre a conduta de um governante que a repetição um tanto míope de frase antiga de marqueteiro americano. Estúpidos, obtusos mesmo, talvez sejam os que só enxergam as pessoas pela exclusiva e insuficiente lente da economia.

Puramente criminosos

Álvaro Costa e Silva

Depois do fim da saída temporária de presos em datas comemorativas —projeto aprovado no Senado por 62 votos a 2, com anuência de partidos da base governista—, mais pautas ligadas à segurança serão debatidas. Entre elas o aumento de penas para quem comete furto (de um para dois anos de reclusão), roubo com lesão corporal grave (de 7 para 16 anos) e latrocínio (de 20 para 24) assim como tornar obrigatória a decretação de prisão preventiva na audiência de custódia em casos de crime hediondo e roubo.

Desnecessário dizer que a revisão penal tem amplo apoio popular. Não poderia ser diferente: a sensação de insegurança é geral. No Rio, um celular é roubado a cada dez minutos; esse tempo é ainda mais curto em São Paulo.

Determinante para o sucesso dos projetos punitivos é a movimentação da bancada dos CACs, que em número de parlamentares supera dez partidos, entre os quais PSOL/Rede, PSB e Podemos. São 23 representantes, 16 deputados e 7 senadores, que receberam 18,6 milhões de votos, com apoio do movimento Pró-armas, maior grupo armamentista do país.

O paradoxal é que uma parte dos CACs não é formada por caçadores nem atiradores esportivos, tampouco por colecionadores. São puramente criminosos. Um levantamento do TCU mostrou que 5.200 condenados pela Justiça conseguiram, entre 2019 e 2022, obter, renovar ou manter o registro de CAC. Eles respondem a acusações por porte ou posse ilegal de armas, lesão corporal e tráfico de drogas. De acordo com a auditoria, o Exército liberou armas de fogo para 2.690 pessoas com mandados de prisão em aberto. Noventa e quatro mortos "compraram" mais de 16 mil munições.

A história é tão absurda que é difícil acreditar em descuido ou desorganização. A suspeita é que um bando armado, além de prestar serviços a traficantes e milicianos, estava à espera de um estopim para aderir aos planos de golpe de Estado.

A vingança do lixo

Fernanda Mena

Mestre em sociologia e direitos humanos pela London School of Economics e doutora em relações internacionais

A lixeira é uma invenção mágica do final do século 19: faz desaparecer tudo o que é depositado nela. Longe dos olhos, não é preciso se responsabilizar pelo que acontece dali por diante com os itens descartados.

Essa mágica da modernidade, atribuída ao francês Eugène Poubelle (1831-1907), cujo sobrenome batizou as latas de lixo na França, se tornou cada vez mais conveniente. A escalada da urbanização e da industrialização, o crescimento da população e o surgimento do consumo de massa fizeram a produção de resíduos explodir.

Em 1900, 13% da população global (220 milhões de pessoas) vivia em cidades e produzia 300 mil toneladas de lixo por dia, entre embalagens, restos de alimentos, itens domésticos quebrados e peças de vestuário. De lá pra cá, a população urbana cresceu 20 vezes e bateu 4,4 bilhões de pessoas (56% da população global). A produção de resíduos cresceu na mesma proporção, chegando a 6,3 milhões de toneladas diárias.

O peso equivale a 121 Titanics de lixo por dia. E boa parte é descartada de modo inadequado, já que 2,7 bilhões de pessoas não têm acesso à coleta regular, segundo o Programa da ONU para o Meio Ambiente (Pnuma).

O lixo está mais relacionado às mudanças climáticas e à perda da biodiversidade do que se supõe. Ele polui o solo, os lençóis freáticos, os rios e os mares. Estima-se que em 2050 os oceanos deverão ter mais plástico do que peixes. Sua decomposição em aterros sanitários também é responsável por cerca de 20% das emissões humanas de metano, o pior dos gases de efeito estufa.

Além disso, o ritmo e a escala com que as pessoas compram e descartam embalagens, roupas, alimentos e tudo mais estão diretamente ligados à quantidade de recursos naturais gastos, de energia consumida e de poluição gerada. Não é pouca coisa.

Se nada mudar, em 2050 a produção anual de lixo será de 3,8 bilhões de toneladas. Será difícil esconder dos olhos essa quantidade brutal como se fazia na Paris de Poubelle.

O gerenciamento de resíduos já é o maior gasto de orçamentos municipais, competindo com áreas vitais como saúde e educação. Seu custo direto global foi estimado em US$ 252 bilhões (R$ 1,2 trilhão) e pode chegar a US$ 640,3 bilhões (R$ 3,2 trilhões) em 2050.

Por outro lado, também segundo a ONU, o lucro líquido potencial de uma economia verdadeiramente circular é de mais de US$ 100 bilhões ao ano.

A vingança do lixo, desprezado desde sempre, é se fazer notar de duas maneiras opostas: como fonte de destruição e doença, num tsunami malcheiroso de tudo o que se queria fazer desaparecer, ou como a chave para novas oportunidades econômicas.

A escolha é urgente.

Hoje, excepcionalmente, não é publicada a coluna de Tyler Cowen